

Instituto Socioambiental

fonte: DESP class.: EECR/1041

data: 15/11/94 pg.: A2

Energia e retomada do crescimento

De tempos em tempos surgem na imprensa notícias inquietantes sobre a falta de energia elétrica, caso a economia brasileira retome o crescimento acelerado que já teve no passado.

Ora são declarações de dirigentes de empresas estatais do setor, ora dirigentes da Federação das Indústrias, ora dos porta-vozes das próprias empreiteiras interessadas na conclusão de usinas hidrelétricas

ou térmicas inacabadas. Existem 30 hidrelétricas em diversos estágios de construção no País, um terço delas em São Paulo, e, segundo Luiz Gonzaga Bertelli, diretor do Departamento de Infra-Estrutura da Fiesp, "a dívida externa do setor é de US\$ 30 bilhões, por causa dos financiamentos contraídos para a construção de hidrelétricas".

A levar a sério todas essas declarações, seria preciso, provavelmente, dobrar a dívida externa nos próximos anos para concluir todas as obras em andamento. Isso não vai



Racionalizar o uso de eletricidade não é uma virtude, mas necessidade

ocorrer, porque o endividamento do setor elétrico estatal do País já atingiu limites inaceitáveis. E, portanto, é conveniente fazer uma análise mais sóbria do problema e abandonar o saudosismo dos anos 70, quando se investia cerca de US\$ 8 bilhões por ano no setor. Isso ocorreu, mas a um alto custo social, porque outras prioridades foram relegadas a segundo plano, além do enorme endividamento que

causou e pelo qual estamos pagando até hoje e vamos continuar a pagar.

A sobriedade neste caso passa inicialmente pela questão fundamental, que é saber se, de fato, é verdade que haverá falta de energia, caso o País volte a crescer como no passado.

A resposta é *sim*, caso o desenvolvimento ocorra nos moldes em que ocorreu no passado, isto é, expandindo a infra-estrutura do País sem medir custos nem compará-los como retorno econômico. Esse desenvolvimento ocorreu trazendo do

Exterior tecnologias obsoletas e privilegiando a produção de bens altamente intensivos no uso de energia (como alumínio).

A resposta é *não*, caso seja lançado um programa realista de uso racional de energia no País, que passa, não só pelo aumento de eficiência de sistemas de iluminação, automóveis, eletrodomésticos, etc., como também por uma política de expansão da indústria que seja seletiva em setores menos eletro-intensivos do que no passado.

Tentou-se isso em 1991, com a criação de um Grupo Especial de Racionalização do Uso de Energia na Presidência da Estrutura, que só via a necessidade de mais obras e para o qual "conservação de energia" parecia pregação de monges de alguma seita voltada para a autoflagelação. Apesar disso, foi realizado na ocasião interessante estudo mostrando que o produto interno bruto (PIB) do País poderia continuar a crescer a 5% ao ano, mesmo que o consumo de energia fosse reduzido em 30%. Em outras palavras, o crescimento do consumo de energia não precisaria crescer juntamente com o PIB, mas poderia ser menor, como, aliás, está ocorrendo em vários países do mundo.

A visão dos planejadores do se-

tor elétrico brasileiro, contudo, tem sido inteiramente tradicional e não foi arejada com as novas tendências mundiais.

Sucede que racionalizar o uso de energia no Brasil (particularmente energia elétrica) não é uma questão de virtude (ou de valorização de idéias acadêmicas), mas uma questão de necessidade.

O nível de endividamento do setor já atingiu índices alarmantes, o setor não se abriu ainda à iniciativa privada e a idéia clássica de aumentar as tarifas para cobrir a necessidade de novos investimentos não é fácil de implementar, quer para evitar tendências inflacionárias, quer porque os usuários não aceitarão tais aumentos facilmente.

A privatização parcial ou total de algumas empresas ou empreendimentos é uma possibilidade, e o abandono da tarifa nacional única de energia elétrica permite saídas parciais para o problema. No entanto, enquanto a maioria do setor estiver nas mãos do governo, a única coisa criativa que ele pode fazer é tentar moderar a sede por eletricidade sem impedir o desenvolvimento, o que pode ser feito.

■ José Goldemberg foi reitor da USP e ministro da Educação